



Em Questão
ISSN: 1807-8893
ISSN: 1808-5245
emquestao@ufrgs.br
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Repatriamento e remanescentes humanos - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas

Cury, Marília Xavier

Repatriamento e remanescentes humanos - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas

Em Questão, vol. 26, 2020

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465664654003>

DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245260.14-42>

Repatriamento e remanescentes humanos - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas

Marília Xavier Cury 1
Universidade de São Paulo - MAE-USP, Brasil
maxavier@usp.br

DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245260.14-42>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465664654003>

Recepção: 12 Agosto 2020
Aprovação: 24 Agosto 2020

RESUMO:

O artigo propõe uma discussão sobre restituição e repatriamento de objetos e coleções indígenas, como forma de atendimento a direitos humanos. A problemática central está nos remanescentes humanos como *musealia* carregada de colonialismo nas construções da musealidade e na musealização. O que para o museu é “coisa” ou objeto, para os indígenas é um ser humano, conforme as visões e as vozes indígenas trazidas para o artigo, que reforçam uma visão da espiritualidade. Essa visão espiritual deve ser conhecida pelos profissionais dos museus para a construção de novas práticas museais e de novas relações entre indígenas e museus, todas elas baseadas no respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Coleções indígenas, Repatriamento e restituição, Remanescentes humanos, Museu de arqueologia.

ABSTRACT:

The article proposes a discussion on the return and repatriation of objects and collections, as a way of addressing the human rights. The central problem is in the human remains as *musealia* loaded with coloniality in the construction of museality and musealization. What for the museum is a “thing” or object, for the indigenous is a human being, according to the indigenous visions and voices brought to the article, which reinforce a vision of indigenous spirituality. This spiritual vision must be known by museum professionals to build new museum practices and new relationships between indigenous people and museums, all based on respect.

KEYWORDS: Indigenous collections, Repatriation and restitution, Human remains, Archeology Museum.

INTRODUÇÃO

Crises e superações, enfrentamentos e realocações, acomodações e respostas fazem o museu se formar e transformar constantemente e nisso está a “beleza das crises” (Bolaños atienza, 2009-2010). Para o museu, crises no plural:

[...] como quase todas as coisas humanas, o museu é uma instituição “constitutivamente crítica”, destinada a viver em uma insegurança permanente [...]. Suas crises não são sucessos episódicos que chegam e se vão alterando a calma da sua vida cotidiana: está em “sua natureza. (Bolaños atienza, 2009-2010, p. 18).

A crise tira o museu das suas convicções e das suas certezas, movendo-o para outras elaborações institucionais. O museu precisa sempre atualizar seu estatuto conceitual, variantes que lhe dão corpo, forma e identidade, seu papel social que se atualiza nas crises. A curadoria reformula suas elaborações, também influenciada pelas áreas que a estruturam (antropologia, arqueologia, arte, história etc.), como a museografia, aqui entendida como o fazer, o entender, o observar e analisar, o criticar e o descrever museu, na ótica da museologia.

AUTOR NOTES

- 1 Doutora; Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo - MAE-USP, São Paulo, SP, Brasil; maxavier@usp.br

Se reconhecemos que há “beleza” em tamanha dinâmica, não podemos deixar de lembrar que essas sucessivas superações não são simples e fáceis, porque mexem com muitas questões e pontos, mexem com as estruturas de pensamentos de diferentes campos que se encontram no museu e com a práxis cotidiana (a museografia) e as culturas organizacionais.

Algumas crises que abalaram o museu são sempre pontuadas - a virada do século XIX para o XX, a II Guerra Mundial, Maio de 68, movimentos civis nos anos de 1970-80, crises econômicas diversas. Se as crises são muitas, elas continuam em marcha e exigem respostas das instituições culturais e, óbvio, do museu como instituição central na cultura ocidental que ganha peso e se expande além do eixo Europa e América do Norte.

Independente da natureza (cultural, econômica, de direitos etc.), a crise é sempre política, como as respostas dadas a ela são, pois deflagram a disputa de poder e os agentes envolvidos. Por esse motivo também, mas principalmente, as políticas públicas museais são colocadas em análise crítica, mas não poderia ser diferente, pois entre aquilo que a crise deflagra e os novos fundamentos e protocolos, muitas vezes experimentados exaustivamente nos museus, entra (ou se ausenta) a política de Estado com relação à musealização.

Ainda nos pautamos nas Declarações (Icom[1]) de Santiago[2] (Chile, 1972), de Quebec[3] (Canadá, 1984) e de Caracas[4] (Venezuela, 1992), como temos na Nova Museologia, na Museologia Social e em outras museologias referenciais. Mas não podemos deixar de considerar os impactos da globalização, o neoliberalismo econômico e a indústria cultural no museu, seja no alinhamento a essas perspectivas, seja as contrariando de formas particulares na concepção museal e museográfica, a exemplo dos museus indígenas, que, mesmo em diálogo com a vertente dominante de museu “(ninguém consegue vacinar-se contra o mercado, a tecnologia e o Estado-nação)”, mantêm caminhos diferentes e separados (Clifford, 2009, p. 256). Entre os dois extremos há muitas possibilidades e variações, mas também de mútuas interferências e influências.

A crise é política, como é o museu, a museografia é política também, esvaziando dela a concepção de neutralidade das técnicas, ou seja, a reprodução ou renovação museográfica são atitudes políticas.

No que se refere às políticas públicas, o Estado se manifesta em diversas frentes e o museu é um dos receptores de suas formulações, mas também de cruzamentos, pois essa instituição se relaciona com direitos humanos e civis, culturais e identitários, de memórias, diversidade e diferença etc. Não por acaso o programa Pontos de Memória foi iniciado em 2009 pela parceria entre os Ministérios da Cultura e da Justiça[5] conforme anunciado pelo Instituto brasileiro de Museus (Ibram).

O que vimos a colocar se refere ao museu como *locus* dos direitos humanos, a partir dos avanços de uma museologia que se expande a partir da participação social (multivocalidade, pluralidade, diversidade, inclusão e tantas outras concepções) e o que isso deflagra - conflitos entre a representação e a autorrepresentação, entre conhecimento e saberes, entre o que pode ou não - por se sustentar na legislação vigente ou ausente - e o de que deve ou não - baseado em relações éticas entre populações, grupos ou povos e profissionais de museus (CURY, 2016a). Muito além dos conflitos estão as relações dialógicas e o exercício da tolerância para uma museologia intercultural.

Nascemos, vivemos, morremos e somos sepultados, mas, para os museus há outra etapa - a musealização. A relação entre populações, grupos ou povos e profissionais de museus deste artigo refere-se a uma questão sensível - remanescentes humanos musealizados e o quanto isso afeta aos indígenas. A visão dos indígenas nos interessa, pois isso nos falta para construção de um museu socialmente engajado politicamente em face de conflitos que estão presentes na sociedade brasileira, mas que se colocam objetivamente no museu e na musealização. O artigo tem o objetivo de trazer a voz e o pensamento indígena para a discussão para que, pela reflexividade, busquemos uma museologia humanizada a partir dos *musealia* e da musealidade (CURY, 2020).

As protagonistas indígenas cujas vozes são trazidas para este texto são Kaingang, uma kujá (pajé na língua Kaingang) Dirce Jorge Lipu Pereira, e sua assistente Susilene Elias de Melo, Terra Indígena Vanuíre,

município de Arco-Íris, SP. As Kaingang falam por si e devemos escutá-las, para uma aprendizagem museal localizada nos profissionais de museus. Os museus educam - quando nos referimos aos públicos-visitantes -, mas no museu nos reeducamos (CURY, 2016a) - quando percebemos que há mudanças que exigem novos pensamentos e reflexões e, para isso, precisamos trabalhar em colaboração.

2 REMANESCENTES HUMANOS EM MUSEUS - COMPLEXIDADE E VONTADE

Não podemos nos esquecer que há séculos, em se tratando do patrimônio de povos, o museu vem formando coleções a partir da retirada de objetos de territórios das mais distintas formas, musealizando espólios de guerra, saques e pilhagem em conquistas e outras manifestações colonialistas.

A grande maioria dos objetos foi coletada entre 1870 e a I Guerra Mundial, período que coincide com a conquista colonial. Em 1880, os europeus controlavam apenas 35% da superfície do planeta; em 1914, essa proporção já era de 84,4 %. Ainda mais grave: um bom número desses objetos foi saqueado durante campanhas militares. Eles não falam somente da cultura dos “outros” mas também de um capítulo complexo da história humana de que são o vestígio. (Muller, 2007, não paginada).

Tais estratégias de coleta de objetos indígenas (arqueológicos e etnográficos) foram deixados no passado e novos procedimentos éticos são adotados para a musealização no século XX. No entanto, em outra dimensão, o colonialismo no pensamento segue nesse século, colocado em cheque pelos movimentos civis e das décadas entre 1970 e 1990, mas ainda em pauta nos anos 2020.

Em paralelo, para entendermos que as apropriações ganham outros formatos, as guerras, guerrilhas, conflitos, regimes ditatoriais e a intolerância continuam no século XXI, como os saques e a destruição, também fomentando o tráfico ilícito de bens patrimoniais. O tráfico ilícito ainda se mantém e medidas de combate nacional[6] de internacional[7] vem sendo adotadas e implementadas (COSTA, 2018).

A questão de objetos indígenas e museus é bastante controversa. São muitos os termos e os conceitos que envolvem a discussão e os possíveis procedimentos relativos ao destombamento e, estando no museu, à (des)musealização, fazendo que objetos que foram coletados no passado e integrados a um museu como *musealia*, passíveis da atenção da musealidade façam, vamos dizer assim, o caminho de retorno ao “lugar” reclamado por populações, povos, grupos e sociedades nacionais. Esses termos e conceitos envolvem a reparação, muitas vezes pela restituição, a reconciliação, as medidas compensatórias, o repatriamento e outras concepções que nos colocam em um cenário complexo entre ação (devolver ou não) e intenções políticas (reconhecer direitos ou não) na relação entre partes que interagem, ora disputam, ora uma no controle da outra. Mas esses processos envolvem tratados e convenções internacionais, legislações, instrumental jurídico, diplomacia, mas também negociação, cooperação, acordos e boas intenções (ou não).

As questões de fundo envolvem aqueles que reclamam por seus bens pelo repatriamento (entre países, governos e regimes políticos) ou restituição (em um mesmo país, entre visões de mundo distintas). E em muitos casos, envolvem direitos humanos em oposição a legislações patrimoniais (Verdesio, 2011), como ocorre com aquilo que é indígena. No centro da complexidade estão os museus e os processos de musealização. Os museus hoje precisam elucidar o processo de colonização (Muller, 2007), ainda presentes na representação, latente na sua estrutura de trabalho e nas relações que estabelecem com os constituintes - grupos que se relacionam historicamente com as coleções - e os públicos de visitantes (CURY, 2020).

As demandas de repatriação de coleções aos museus europeus são crescentes, talvez temendo um aumento exponencial, 19 grandes museus na Europa e destacados no mundo assinaram em 2002 a “Declaração sobre a importância e o valor dos museus universais” envolvendo o British Museum, o Louvre, o Metropolitan Museum of Art de New York, o Prado de Madri, o Rijksmuseum de Amsterdam e o Hermitage de São Petersburgo.

Os signatários chegam a colocar ênfase na “natureza destruidora da restituição dos objetos”, acrescentando, em seguida, que “os museus são agentes do desenvolvimento cultural, cuja missão é encorajar a produção de conhecimento, mantendo um

processo permanente de reinterpretação. Não estão a serviço dos cidadãos de uma só nação, mas dos povos de todas as nações”. (MULLER, 2007, não paginada).

Tal declaração não tem respaldo de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) ou Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mas tem força política, a força da colonialidade - racionalidade ao colocar o interesse universal acima dos nacionais e das populações ou grupos, centralidade interpretativa e discursiva, paternalismo ao cuidar dos patrimônios de outros países e culturas, acessibilidade reduzidíssima a quem pode chegar ao museu universal. Cabe ainda destacar, o patrimônio universal é de todos, mas não é de ninguém aparentemente, pertence àqueles que os dominam pela musealidade - atribuição de valores, no caso universais - e pela musealização - processos que consolidam valores por meio de procedimentos, no caso, o poder de posse e controle físico e simbólico.

O eurocentrismo é paternalista. Talvez a ideia da Europa como mãe protetora (BUENO, 2019) ainda persista nos museus como curadores dos patrimônios culturais de outras culturas. Visão equivocada, bastante paternalista, pois vê no “outro” uma fragilidade que a proteção pode suprir. Também a ideia de quem cuida do patrimônio, porque consegue, tem os recursos e as técnicas, mas também de quem protege dos danos que os legítimos proprietários culturais podem acarretar. Controle daquilo que é do “outro” e do próprio “outro”.

Os remanescentes humanos compõem um capítulo à parte, dada a sua complexidade ainda maior, pela referência a cemitérios, sepultamentos, ancestralidade e antepassado, corpos humanos, mobiliário funerário, bens sagrados, mas também pelo ato de flagrante dominação simbólica na apropriação e aprisionamento do corpo do “outro”, particularmente implícito nos “trofeus de guerra”. “Em 1954, foi devolvido à Tanzânia o crânio do sultão Mkwaka, que enfrentou um batalhão do exército alemão e foi levado à Alemanha como troféu em 1898” (MULLER, 2007, não paginada) e outros exemplos de reparação pelo repatriamento. Na Argentina, temos a posição trazida por Karina Oldani, Miguel Añon Suárez y Fernando Miguel Pepe do Grupo Universitario de Investigación en Antropología Social que

[...] desde el año 2006 venimos impulsando la no exhibición y la restitución de los cuerpos de los hombres, mujeres y niños que se encuentran en las “colecciones arqueológicas” del Museo de La Plata, que tiene el horroroso privilegio de haber albergado con inadmisibles justificativos “humanitarios y científicos” a prisioneros de guerra cuyos cuerpos estaban expresamente destinados por su fundador el “Perito” Moreno a engrosar sus “colecciones”. Entendemos a estas “colecciones de restos humanos[8]” como “trofeos de guerra”, producto del genocidio perpetrado contra los Pueblos Originarios por el Estado argentino, con el objetivo principal de apropiarse de sus territorios y sus recursos. Esto que es evidente para algunos autores, el genocidio como la condición primaria para la formación de “colecciones antropológicas y/o arqueológicas” en Argentina, la relación entre genocidio y la formación de las “colecciones de restos humanos”, son los hechos históricos que configuraron las relaciones de poder que se dan en la actualidad entre los Pueblos Originarios y el Estado, entendiendo a los antropólogos y/o arqueólogos como agentes del mismo, del cual reciben sus sueldos, subsidios, becas, etc. (Oldani et al., 2011, p. 1).

No Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) há exemplos análogos à formação acima. Nas coleções etnográficas procedentes do Museu Paulista, transferidas para a formação do MAE-USP em 1989, temos:

Craneo de indio Coroado [Kaingang] 60 annos capitão morto por ocasião assalto que os indios fizeram a 31 de julho de 1906 na faa da Corredeira, mun. Baurú _ S.P. [...]; Otto Dreher, leg. XI 06 - f. documento [...] A7 Archivo (Inventário de 1914, p 34-35[9]).

Ainda temos: e “Craneo tirado de um semiterio [sic] velho dos indios Corados [sic] [...], Bauru, Est. S. Paulo, Dreher leg 1907” (Inventário de 1914, p. 34-35[10]).

O depoimento de Chipp Colwell, curador do Denver Museum, quando indagado sobre dificuldades que encontrou quando pesquisava para um livro[11], é bem enfático:

The Sand Creek Massacre of 1864 is among the most horrifying events that unfolded in the wake of America’s westward expansion. While many may be aware of the deaths from the massacre, fewer are aware that human remains—skulls and scalps—from Cheyenne and Arapaho were taken and ended up in museums. My frequent nightmares were difficult. It

definitely made me realize just how much the descendants of the Cheyenne and Arapaho victims continue to suffer[12]. (Colwell, 2019b, não paginada).

Um caso sempre mencionado é a Native American Graves Protection and Repatriation Act, (NAGPRA, Lei de Repatriamento e Proteção das Sepulturas dos Nativos Americanos),

[...] which provides a process for lineal descendants and tribes to reclaim ancestral remains and certain kinds of cultural items from American museums and federal agencies. This law, although imperfect, has facilitated the return of some 1.7 million grave goods, 57,000 skeletons and 15,000 sacred and communally owned objects[13](Colwell, 2019^a, não paginada).

Tal legislação é o resultado de uma

[...] campaña conducida por líderes espirituales y organizaciones indígenas que culminó con 'La caminata más larga' (The Longest Walk), una movilización que partió desde San Francisco y llegó hasta Washington a peticionar al entonces presidente Carter. (Maza; Weisinger, 2010, p. 178)

Nas palavras de Gustavo Verdesio:

De hecho, la legislación existente en Estados Unidos, por ejemplo, surgió de un desacuerdo, de una ausencia de consenso entre, por un lado, los practicantes de la arqueología y la antropología biológica y, por el otro, las comunidades de pueblos originarios.

Dicho sea esto como recordatorio, porque en el tratamiento de este problema se tiende a olvidar que la legislación se ha aprobado para proteger a los indígenas de las prácticas disciplinarias que violaron (y en ocasiones continúan violando) algunos de sus derechos. (Verdesio, 2011, p. 1)

A pesquisa está contemplada na lei, especialmente as escavações arqueológicas, com distinção entre escavações casuais e planejadas, no último caso, a consulta se faz na fase de planificação do projeto de pesquisa. "NAGPRA también pone restricciones a las excavaciones de restos indígenas aunque se limite el posible estudio de los mismos" (Maza; Weisinger, 2010, p. 180), fazendo consulta aos descendentes. A legislação, principalmente, "trata de llegar a un equilibrio entre los intereses científicos de investigación y los reconocimientos de los nativos, que, como cualquier cultura del mundo, tiene respeto religioso y espiritual por los restos de sus ancestros" (Maza; Weisinger, 2010, p. 183).

Também foi criada a National Museum of the American Indian Act (NMAI, Lei do Museu Nacional do Índio Americano), 1991, instituição referência com gestão de comitê indígena. Pelo NMAI e demais museus federais e o Instituto Smithsonian acontecem restituições de remanescentes humanos e também repatriamento a outros países.

O Canadá é outro exemplo de país que assumiu uma posição mais clara na relação com os povos indígenas. Em 1992, foi elaborado o *Turning the page: Forging new partnerships between museums and First Peoples - Task Force on Museums and First Peoples*, pela associação entre a Assembly of First Nations e a Canadian Museum Association[14], documento que estabelece uma base de relação constituída nos direitos dos indígenas que fazem parte das Primeiras Nações, incluídos diversos itens como pesquisa, interpretação, remanescentes humanos, restituição e repatriamento, em parceria com os museus implicados na musealização dos patrimônios indígenas.

Na interpretação museológica, a prática de coleta e formação de coleções de remanescentes humanos para serem integrados como, objetos museológicos - *musealia* -, desde a intenção à ação, já carrega a musealidade - valores atribuídos - de um dilema ético humano profundo, o que pode ser continuado pela musealização - processos que se dão no transcurso do tempo, ora agregando outros valores, ora evidenciando ou ocultando-os, ora reproduzindo visões do passado que devem ser tratadas crítica, moral e eticamente no presente. Nesses processos museológicos, que definem a vida dos objetos no museu, cabem a restituição. Por um lado, a abordagem jurídica e a burocracia que servem ao Estado, por outro, as normativas museais que aplicam tanto as políticas públicas, quanto a política de gestão institucional que define o que entra, o que se aliena ou descarta de dado museu, ou não.

Es por esta razón, entre muchas otras, que la consulta con los pueblos originarios, y por lo tanto el respeto por sus opiniones y por las cosmovisiones en las que se basan, debe tener lugar de manera obligatoria. (Verdesio, 2011, p. 3)

E nisso não podemos deixar de lembrar o papel social dos museus, dos acordos que podem ser engendrados e as políticas públicas, entre elas as museais.

Gustavo Verdesio (2011) elucida três aspectos importantes sobre os remanescentes humanos em museus, considerando a reclamação e a restituição. Primeiro, a objetivação e desumanização do corpo humano indígena; segundo, a sua patrimonialização e integração aos museus para estudos e outras finalidades; terceiro, a dicotomia e o conflito entre direitos humanos dos indígenas e a legislação patrimonial.

Muitos museus brasileiros são expressões do colonialismo e do modelo de museu nação. São também expressões do conceito de “patrimônio nacional” e de “bem da união” para tudo aquilo que é definido como bem ou monumento arqueológico, incluindo-se, em tal categoria patrimonial, os remanescentes humanos “coletados” no passado, mas ainda no presente. A presença de remanescentes humanos em museus brasileiros não é inusitada. Eles estão em museus de arqueologia, de antropologia/etnografia, de história, de cidade e em outros museus. São oriundos de achados fortuitos pela agricultura e por outras formas, mas principalmente por escavações arqueológicas. Tais remanescentes são considerados bens da união, são protegidos pela Lei federal 3.924/61 [15] e devem ficar sob guarda em uma instituição [16], na maioria das vezes um museu.

As perspectivas dos remanescentes humanos em museus é o que queremos discutir. Como na curadoria, os remanescentes se inserem na coleta/formação de coleção, na pesquisa, na salvaguarda e na comunicação. O que o artigo se propõe a trazer para a discussão são os pontos de vista indígenas, como incentivo ao diálogo e a construção de acordos mútuos, quem sabe a reconciliação, que colocariam os museus brasileiros em outro patamar social e a museologia em outra posição política.

A considerar a sensibilidade que o tema aflora, - provoca dor e sofrimento por tratar-se de pessoas falecidas, pela possível violência da morte, cemitérios e sepultamentos profanados, retirada do remanescente da sua origem, apropriação dos ascendentes do “outro” etc. -, partimos da ideia de que remanescentes humanos em museus, particularmente de indígenas, provoca tristeza e grande descontentamento a esses povos e mesmo desacordo e enfrentamentos políticos. Nesse sentido, o diálogo é necessário, mas deve ser construído.

3 COLABORAÇÃO COMO APROXIMAÇÃO, DIÁLOGO E ACORDOS NO MUSEU

As ações colaborativas em museus são desafios nas nossas instituições museais etnográficas e arqueológicas, mais ainda naquelas universitárias que convivem com a guarda de coleções oriundas de populações, povos e grupos e culturas e territórios de ação e atuação. Como nesses locais tratamos daquilo que é do “outro”, o que coletamos, pesquisamos, salvaguardamos e comunicamos está relacionado àqueles cujos *musealia* estão sob ação de curadoria. Parece que, a partir dessa concepção, o trabalho público ganha outros sentidos, mas nem sempre, pois não é simples, mas nem por isso devemos desviar a nossa atenção para o fato de que cuidamos do patrimônio público e do bem da união, sem nos esquecer de que nada é nosso/meu - os *muselia* -, mas pertence simbolicamente a alguém, no caso, grupos culturais.

A colaboração é uma metodologia com aportes e princípios. O trabalho conjunto é um princípio, com equilíbrio entre os agentes - profissionais de museu (pesquisadores, antropólogos, arqueólogos, museólogos, educadores, conservadores, designers etc.) e os grupos envolvidos - nesta situação, os indígenas. O trabalho contínuo é outro princípios, ou seja, em todas as etapas de desenvolvimento da ação, partindo do projeto. A tomada de decisão faz parte do processo, como simetria na relação de poder entre os participantes. No museu, o trabalho - gestão, museografia, curadoria etc. - é tomada de decisão por aqueles que têm poder. Na colaboração, as decisões são debatidas entre todos e a negociação faz parte do processo. Mas na colaboração também tentamos superar algumas das posições colonialistas dos museus que persistem em nossas práticas. Ao mesmo tempo que trabalhamos em conjunto, construímos uma plataforma comum, há enfrentamentos de antigas, mas presentes, expressões do colonialismo. Não podemos ignorar, no espaço do museu pode se dar a tensão entre “colonizadores e colonizados”, aqui representados pelo corpo profissional e os grupos indígenas. A colaboração, se possível, coloca na mesa de trabalho as antigas relações de dominação, procurando superá-las. Se há um “acerto de contas histórico” entre indígenas e não indígenas (Colwell, 2019a, não paginada), o museu faz parte disso certamente, como instituição que se constituiu a partir da apropriação daquilo que é do “outro”, que, desde as revoluções civis dos anos de 1970 a 1990, vem a questionar.

Mas a colaboração é uma opção metodológica entre outras. Sua contribuição está em por em cena outras maneiras de ver, entender, de fazer e de ser museu, em associação a outras visões e ideologias. A prática da colaboração é difícil, mas não impossível, quando temos a intenção de fazer de maneira diferente, ter

no processo saberes compartilhados, saberes indígenas e saberes do museu (antropológicos, arqueológicos, museológicos e museográficos, educacionais etc.).

A colaboração não é uma solução, mas é uma possibilidade de trabalho que pode promover a confiança dos indígenas com relação ao museu, com isso, podemos recolocar a autoridade do museu em outro patamar social, a partir de uma visão intercultural e de encontro de diversas visões e perspectivas, acadêmica e outras. Para Gustavo Verdesio em trecho do artigo, em se tratando da colaboração e da posição das disciplinas:

Esto es no sólo necesario sino también posible, entre otras razones porque las disciplinas que se ocupan del pasado indígena pueden ser, y están siendo en algunos casos, de gran utilidad para las propias comunidades indígenas. Cada vez que un arqueólogo o un antropólogo biológico se acerca a los indígenas respetuosamente y con argumentos razonables, hay más posibilidades de colaboración entre las partes y, sobre todo, de generar un espacio para el mutuo beneficio de los involucrados. (Oldani et al., 2011, p. 12)

O mesmo autor destaca que

en ese marco que las disciplinas occidentales pueden llegar a reciclarse y a constituirse en una fuente productora de conocimiento descolonizador que sea un aporte no sólo para algunos sectores de la sociedad sino para la humanidad toda. (Oldani et al., 2011, p. 12)

Sobre repatriamento e os receios de que os museus se esvaziariam de objetos e conteúdo, o que se contempla é a possibilidade de transformação do estatuto conceitual da instituição, a curadoria e sua museografia, ou seja, remodelar a musealização a partir de novos *musealia* e musealidade com mais justiça social:

As that law [NAGPRA] approached passage, we heard many of the same arguments we hear now, especially that repatriation will put museums out of business. Instead, in the years since, museums in the United States have thrived. Repatriation forced museum administrators and tribal leaders to sit down and talk, and the two sides realized how much they have in common. As a result, museums and tribes have worked to build new relationships based on mutual respect. Thirty years ago, few museums in the United States produced exhibitions in collaboration with Indigenous communities; today, few would design an exhibition without it. Repatriation will not end museums[17] (Colwell, 2019a, não paginada).

Repatriação e a restituição não é o fim, é o começo de um outro museu mobilizado em novas concepções e papéis. No Canadá, o documento *Turning the page*, elaborado em colaboração entre as Primeiras Nações e a Associação Canadense de Museus, um dos pontos elaborados conjuntamente se referem a colaboração para tratar da questão da propriedade pela linearidade parental e cultural.

There is wide recognition that concepts of ownership vary, therefore, a case-by-case collaborative approach to resolving repatriation based on moral and ethical criteria is favoured rather than a strictly legalistic approach. The “Native American Grave Protection and Repatriation Act”, recently passed in the United States, was studied by Task Force members. While not ruling out the possibility of the creation of legislation in the future, it was agreed that it was preferable to encourage museums and Aboriginal peoples to work collaboratively to resolve issues concerning the management, care and custody of cultural objects. Proposed guidelines for such a collaborative process follow in the recommendations section.[18] (Turning the page, 1992, p. 5)

No documento *Turning the page*, a colaboração é apontada na sua redação, um item que descreve inclusive a Partnership, parceria entre instituições amparada pela Associação Canadense de Museus. Cabe lembrar, no entanto, que tal elaboração foi resultado de uma crise justamente promovida pelos povos indígenas no Canadá, após uma exposição museológica, por anos, indígenas e museus discutiram sobre as relações entre museus e indígenas. *Turning the page* é uma frase de Georges Erasmus, então chefe da Assembleia das Primeiras Nações, para profissionais de museus, propondo um novo trabalho e uma nova relação.

Esse documento é uma referência, um exemplo de ação em colaboração, visando a superação de conflitos remanescentes do passado fortemente presentes nos museus como instituição que centraliza tensões, parte dos musealia e presentes na musealidade, escamoteadas na musealização.

4 VOZES INDÍGENAS E LEGITIMIDADE

Há uma crise política, moral e ética em curso, no que se refere a patrimônios indígenas em museus, como importantes contribuições para sua superação. Os remanescentes humanos em museus é um capítulo especial, sensível, envolve o sagrado e a espiritualidade indígenas. Apesar de boas discussões acontecendo, como referenciais éticos elaborados, os debates e as contribuições ainda concentram-se na academia e nos museus como espaço e como ponto de vista.

Recentemente, em 2019, aconteceu a Conferência Internacional em Atenas, Grécia, no Museu da Acrópole, anunciada como: “[...] they are not silent after all...; Human remains in archaeological museums, Ethics & Display[19](HUMAN REMAINS..., 2019)”. Os conferencistas compõem uma visão interdisciplinar entre arqueologia, bioarqueologia, museologia, antropologia e etnologia, conservação, teologia, arquitetura, pesquisadores, curadores, gestores. A divulgação do evento anuncia[20]:

This two-day Conference is the first scientific meeting in Greece, which focuses on the ethics, display and interpretation of human remains, a cultural resource imbued with significant ethical and ideological connotations. Breath-taking archaeological discoveries of the latest decades on the Greek land have given us a good enough reason towards organising this Conference, which aspires to encourage a prolific dialogue on the ethically correct display of this unique material[21]. (HUMAN REMAINS..., 2019).

Entre os objetivos do evento, uma frase gostaria de resgatar, como a essência dos debates em torno da questão central relativo a remanescentes humanos em museus arqueológicos: “[...] o mais alto grau de respeito e o mais profundo senso de dignidade” (Human remains..., 2019).

O site do evento, muito bem preparado e completo, apresenta muitas imagens fotográficas (sem legendas) de remanescentes humanos, algumas impressionantes, o que, de certa forma, anuncia que o uso institucional em si em exposição e pela internet não seria um problema. Uma imagem em particular me chamou a atenção, um remanescente humano, talvez cremado com fragmentos ósseos à vista, em uma cerâmica de boca larga e duas alças. A imagem me fez recordar o comentário da pajé (kujan na língua Kaingang) Dirce Jorge Lipu Pereira ao ver remanescentes humano grego no MAE-USP em 2016, quando lhe esclareci que não se tratava de indígena, quando ela me respondeu prontamente - “é um ser humano”. O que trago para a discussão é que, apesar de todo o grande esforço arqueomuseológico ou museoarqueológico (como queiram, não é uma questão corporativa que se coloca, o que seria uma enorme perda de tempo), é a complexidade que o tema nos apresenta, por isso a visão da pajé contribui para cercarmos a problemática de forma ampliada.

O que se propõe no artigo é trazer para o debate as vozes e argumentos indígenas.

“As Native Americans, we are in a constant state of mourning,” Desiree Martinez, a Tongva[22] member and professional archaeologist, said in an article in *The Bristol News*, “knowing that our ancestors’ graves have been disturbed and their remains and burial goods removed to sit on museum shelves, all over the world [23] (Colwell, 2019a, não paginada).

O sentimento da Desiree Martinez é o mesmo de muitos indígenas. Não a toa, os movimentos civis indígenas nos EUA e no Canadá se fortaleceram no ativismo contra os museus como lugares, cujas histórias indígenas estão marcadas pelo colonialismo. Nesse sentido, as pautas dos ativistas são devidamente firmes quanto a remanescentes humanos nos museus. São séculos de acúmulos de coleções indígenas pelos museus, outros tempos, outras práticas. A restituição e repatriamento são possibilidades, com base na colaboração, a exemplo do Canadá, e/ou legislação e colaboração, como nos EUA.

Para os pajés com os quais dialogamos em ações de colaboração, remanescentes humanos são sagrados, são seres humanos, porque há morte física, mas não morte, as pessoas se encantam, os “encantados” continuam, renascem, reincorporam, estão ao nosso lado no museu, porque os evocamos, a revelia do que se considera como *musealia*, musealidade e musealização - mas implicados com esses processos, pois os encantados podem estar presos no museu. Os encantados podem se incomodar, como podem nos ajudar e proteger. Não há e nem haverá manual de procedimentos para se lidar com a espiritualidade, tampouco estamos nos referindo

a crenças ou descrenças, mas em respeito e ética no trato curatorial em relação aquilo que é sagrado para os povos indígenas.

Aqui temos uma aprendizagem que buscamos nas práticas: escutar, modificar posições, estabelecer acordos, buscar novos caminhos. De certo a negociação faz parte dessa relação, como também de processos colaborativos, mas as perspectivas da espiritualidade são novas para nós profissionais de museus (CURY, 2016b; CURY, 2017; CURY, 2018, CURY, 2019a, CURY, 2020), não como ideia, não descobrimos que a espiritualidade existe entre os indígenas ou não indígenas, o que há de novo é como inserir a espiritualidade constitutivamente nos musealia, nas construções da musealidade e nos processos de musealização. Não buscamos doutrinas, mas novos procedimentos éticos e a ampliação das reflexões em museologia, na gestão, curadoria, museografia, no cotidiano de quem trabalha no museu.

Os relatos que seguem, base da reflexão proposta, fizeram parte de ações de colaboração entre museus e indígenas no centro oeste e oeste paulista, em particular com o Museu Índia Vanuíre, que organiza anualmente desde 2012 o Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus[24], e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, com ações de colaboração com Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena (CURY, 2019a). Damos atenção ao artigo de Dirce Jorge Lipu Pereira e a assistente de pajé (kujan) Susilene Elias de Melo, ambas Kaingang, intitulado Ética - Remanescentes humanos em museus (2020) e o depoimento delas no vídeo O sagrado no museu[25].

As Kaingang mantêm trabalhos com museus e as mesmas são gestoras e curadoras do Museu Worikg[26] de natureza comunitária. Nesse sentido, têm visões formadas sobre o papel dos museus tradicionais e indígenas.

Para Dirce Jorge, “se não fosse o museu (MAE-USP), nós [Kaingang] não teríamos visto objetos que a gente não tinha conhecimento”. Dirce se refere a cerâmicas, têxteis e outros artefatos, muitos deles com mais de 100 anos de entrada no Museu Paulista, instituição formadora de coleções etnográficas, hoje sob a guarda do MAE.

Sobre remanescentes Kaingang em museus, Dirce[27] esclarece: “a gente sabe de algumas histórias pelo museu, o que aconteceu [com os antepassados]”[28]. Por ter uma preocupação com o patrimônio Indígena e Kaingang, Susilene de Melo mantém uma visão bastante crítica sobre a guarda em museus, consegue discernir sobre cuidados e tratamentos distintos, nem sempre positivos.

E aqui eu dou os parabéns para o Museu [Índia Vanuíre], porque eles têm muito cuidado. As peças que a gente tem aqui elas estão bem cuidadas, bem guardadas e eu e meu povo, a gente agradece. Mas a tristeza é do museu que está lá fora. Porque eu tenho a minha amiga Leilane[29] que está aí e ela sabe. Ela sabe que não é fácil. E cada história. A cada vez que ela vai visitar um museu e que ela chega lá, o que ela encontra! Para a gente é difícil. (Pereira; Melo, 2020, p. 33)

Alguns pontos apresentados pelas Kaingang que trazemos à luz das discussões propostas. Primeiro, a importância dos antepassados e da espiritualidade na vida e nas culturas indígenas, não como uma novidade, porque não é, mas com a legitimidade da fala da pajé. Conforme Dirce:

A gente hoje na aldeia, nos respeitamos muito porque quando a gente fala de cultura a gente tá falando deles. Todas as vezes que a gente vai lembrar de cultura, de tudo, o que a gente lembra, a gente tá falando dos nossos antepassados. E todos os dias a gente tá lembrando deles. E no meio da família, a gente já aprende, porque a família, a mãe e o pai da gente já é os nossos professores que já estão ensinando a gente, desde quando a gente nasce e de criança eles estão ensinando a gente, cultura e espiritualidade, tudo liga. Então não tem separação. (Pereira; Melo, 2020, p. 32)

Antepassados e espiritualidade, “tudo liga” e “não tem separação”, os remanescentes humanos consistem no corpo físico dos antepassados, dos encantados,

[...] sobre pesquisas que fazem com nossos remanescentes, é que a gente também pede que esses pesquisadores que vêm pesquisar os nossos antepassados, eles não são só ossos. Eles são humanos. São pessoas. Que já sofreu muito os antepassados e merecem muito respeito. (Pereira; Melo, 2020, p. 32)

A Susilene completa. “Fala ‘objeto’. Não é um objeto [sobre o remanescente humano]. Antes de ser ‘objeto’ era um ser humano que nem eu, que nem todos vocês que estão aí.” (PEREIRA; MELO, 2020, p. 32). E continua “[...] é tratado de objeto, mas não é objeto. É um ser humano. Ele sente. Ele tem dor. Ele chora. Tá? É isso aí!” (PEREIRA; MELO, 2020, p. 33)

Por que “tudo liga” e “não tem separação”, os encantados estão ligados aos seus remanescentes, como parte da sua memória ainda presente na vida física e no museu como lugar da materialidade.

Um segundo ponto, a relação com a pesquisa de campo, escavações arqueológicas, e no museu, para a Dirce:

Então assim, como foram tirar ele daquele lugar [funerário], onde eles estavam enterrados. Ninguém pediu licença pra tirar eles de lá [cemitério/sítio arqueológico]! Então foram lá, tiraram, puseram [no museu]. [...] Tudo isso que a gente pede pra todos vocês que mexem com nossos parentes com nossos antepassados. Fala com eles. Conversa com eles: “Me dê licença. Tô mexendo com vocês porque isso também é o meu estudo”. Então é isso, gente. É o que nós pedimos. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 32).

Susilene segue o pensamento e o sentimento da sua mãe, a Dirce:

Porque [os pesquisadores] entram nas nossas terras, né? Não pedem licença. Escavam. Procuram. Assim como a minha mãe falou agora, tem vez que colocam [os remanescentes humanos] lá de qualquer jeito. Não tem lugar apropriado para poder guardar. Colocam outros objetos que não têm nada a ver. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 32)

A aproximação entre pesquisadores e indígenas acontece algumas vezes, mas nem sempre o diálogo é profícuo. A Kaingang Susilene, no entanto, manifesta claramente que vê na pesquisa com remanescentes humanos um propósito para seu povo:

Recentemente, a gente teve um pesquisador e eu fiz uma pergunta para ele: “Se você está tão curioso em saber o que foi que aconteceu, eu também tenho a minha curiosidade! Do que que foi a morte? Foi envenenado?! Como que ele foi morto? Do que que foi?! Foi tiro? Foi bala? Se foi pancada?!”. E ele não me soube responder, não conseguiu responder. Então, eu disse para ele: “Já que você não conseguiu me responder como foi morto, para que mexer?! Deixa lá onde que está. Não mexe!”. Porque se ele é pesquisador, ele não soube falar para mim se foi envenenado, do que que foi morto. Então não precisa mexer, deixa lá no cantinho dele. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 34-35)

Por outro lado, reafirmamos a necessidade de diálogo, único caminho para o trabalhar com o conflito, o conflito está posto e qualquer negociação e acordo dependerá do diálogo aberto, para estabelecimento de uma relação ética, pelos direitos humanos, que reconhecemos que os indígenas têm, mas também devido à sensibilidade que o tema da espiritualidade envolve para os indígenas que devemos respeitar. Susilene prossegue:

Porque, na verdade, eles [arqueólogos] não pedem autorização! “Autorizar a mexer com remanescente seu?! Você ia gostar?!”. Então ele ficou quieto. E eu falei para ele: “Deixa do jeito que está! Porque você não sabe com quem você está mexendo!”. É como a Cristine falou: “Você não sabe se é um pajé, você não sabe qual é o ritual que foi feito, ali, para o sepultamento, então, deixa quieto! Não mexe!”. É isso aí que eu tenho para falar! (PEREIRA; MELO, 2020, p. 35)

Susilene complementa a crítica e o sentimento que a falta de diálogo provoca. E ficam registradas as indagações dela com outra pergunta - Qual a questão de fundo que limita a aproximação dos arqueólogos dos indígenas quando se trata de remanescentes humanos?

E a gente fica muito triste porque, assim, quando vão lá não perguntam, na verdade não convidam nem para falar. Pelo menos perguntar algo. Você quer ir lá? Você quer ver? Você quer participar? Não! Eles não perguntam para a gente. E por quê? Por que não perguntar? Se pode ser um vô. Pode ser um bisavô, um tio distante. Então, eu acho assim mais que as pessoas têm que ter mais respeito. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 33)

No museu, terceiro ponto, o manuseio dos remanescentes pelos profissionais, seja na pesquisa ou na conservação, é visto como algo especial, pois, na “casa sagrada”, o museu, os antepassados devem ser tratados com deferência especial, como podemos ver pelas orientações da Dirce e como ela interliga antepassado, museu e respeito:

Porque quando se fala de cultura, você está voltando lá atrás. Você vai estar sempre voltando bem lá pra trás. Então, é o que eu falo, né? Pra quem lida, pra quem está no museu, porque o museu também para nós é uma casa sagrada. Então, a gente sempre está falando de respeito, com tudo o que vocês pegarem: pede licença, “aí eu vou pegar uma peça: oh, me dá licença! Eu vou te pesquisar, eu vou te ver, vou pegar”. Então é isso. A gente pede – respeito. É o que nós pedimos. Até hoje a gente não é respeitado. Então a gente pede respeito, para que nossos antepassados, quem sofreu bastante... (PEREIRA; MELO, 2020, p. 32)

Quando indagada sobre exposição de remanescentes humanos, Dirce coloca sua tristeza e indignação, mas suas expectativas:

Nós colocamos que os remanescente não pode ser expostos em exposição, porque eles não são peça, eles são pessoas e eles merecem ser respeitado, porque o que vai numa exposição, são peças, são peças feita por eles, que eles fizeram. Então, os remanescente têm que ser bem guardado, por causa que ali eles tão só pra pesquisa, não tão pra ser exposto como peça pras

pessoa olhar e a pessoa olha, acha bonito, dá risada. Então, não, eu acho, tem que ser muito bem respeitado eles. Eu falo pelos todos os nossos povo, todos os povos indígena que têm, que eles têm que ser respeitado, [...] eu participei duma exposição em São Paulo, eu fiquei muito triste de ver um crânio, é dum indígena, exposto. Nossa, eu fiquei horrorizada quando eu vi aquilo. Por causa que eu falei, “que falta de respeito com o nosso povo”. O nosso povo, ele não é uma peça. Eu acho assim, que tem que ser peça pra ser exposta. Peça que foi feita por eles [antepassados], peças da Paraná, da Candire[30], quantos anos foi feito aquilo. Então é isso, é a maravilha, a gente fica feliz de ver aquelas peça. Agora a gente entristece quando a gente vai numa exposição e vê um crânio do nosso povo exposto numa exposição. E isso é muito falta de respeito, isso tem que ser mudado, não tem que ser exposto! (PEREIRA; MELO, 2020, p. 33)

Sobre a possibilidade de uso de fotografias em substituição dos originais em exposição, Dirce segue seu raciocínio:

[...] eu acho assim, pedindo pra que não fosse exposto mesmo os nossos antepassados, não pode ser exposto, também, como uma fotografia dele. Então, já que nós não queremos que expõe eles, também não posso ser exposto uma fotografia dele. Porque é como se estivesse expondo ele ali. Então, é tudo a mesma coisa. Já que nós estamos lutando para não ser colocado na exposição, não pode ser colocado nem ele, nem uma fotografia dele! É isso! Porque já estamos pedindo que respeite ele, que não coloque. Então, é como se a gente estivesse aceitando que colocasse ele! (PEREIRA; MELO, 2020, p. 34)

E ainda, associada à problemática da pesquisa arqueológica e sua visibilidade pública sem as articulações com povos indígenas, está a localização dos remanescentes humanos, bens da união. Em quais museus estão sob guarda institucional? Dirce reforça:

[...] quando vai fazer uma escavação, descobre um cemitério indígena, mas eles vão, mas não tem nenhum indígena acompanhando, para ver o que estão fazendo. Então, é isso que nós ficamos até nervosos com tudo isso que acontece. Porque vão escavar, mas não estão escavando qualquer coisa. Estão mexendo com nosso humano, lugar sagrado, com cemitério indígena. Aí eles falam: “Descobrimos um cemitério indígena lá, eu vou escavar”. Um monte de gente, tudo não índio, e onde está o indígena para ver o que eles estão fazendo com aquelas ossadas? Para onde que estão levando? É isso que nós estamos preocupados. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 35)

Por isso, também, Dirce se coloca favorável à pesquisa dos remanescentes humanos no museu, mas faz ressalvas quanto às escavações arqueológicas e a atitude de alguns pesquisadores, novamente ressaltamos a visibilidade da pesquisa desligada da participação indígena, o que leva a naturalização de procedimentos.

Sim, nós agradece o museu, que estão com nossos remanescentes, cuidando, zelando deles. Nós agradecemos muito vocês. Mas nossa preocupação são esses escavadores, que vão escavar achando que o cemitério é dele. Ele vai lá cavucá e leva embora. E fotografam: “Ó, estamos aqui!”. Eles cavucando, tirando os indígenas aqui. E onde está o índio para ver tudo isso? Não. Então, é isso que nós reclamamos, é isso que nós ficamos muito tristes. [...] Porque agora, dentro da nossa aldeia, não acontece mais esses escavamentos. Por quê? Porque eles viviam soltando: “Ah, tem cemitério lá?”. Tem, mas não vai mexer! É sagrado, não vai mexer! (PEREIRA; MELO, 2020, p. 35)

Sobre a guarda nos museus e as boas práticas relativas à musealização, especialmente a curadoria das coleções e a gestão de coleções, Dirce nos lembra que há museus que cuidam bem e outros não:

Porque enquanto está no museu, está sendo bem cuidado. Mas tem museus, que eles colocam no meio das pedra e deixam lá. [As coisas do] do índio lá, [misturadas] no meio das pedras [minerais]. Então, é isso. Se não tem como cuidar, procura um museu que tenha mais condições e leve. Não é? Se tem também aqueles outros que não têm interesse. Mas tem museus que vão cuidar direitinho. Tem o lugar certinho para guardar. (PEREIRA; MELO, 2020, p. 35)

Certamente que uma ação para garantir a guarda adequada e respeitosa, que os remanescentes humanos exigem, deveria ser articulada entre muitas organizações e redes profissionais, mas não podemos isentar o papel das políticas públicas e, no mínimo, o papel dos sistemas de museus federal, estaduais e municipais nesse trabalho disseminador de valores e práticas museais fundadas no respeito.

Os *musealia* não são iguais, não foram coletados da mesma forma, alguns talvez não deviam ser “coletados”, como os remanescentes humanos que são desenterrados e retirados do seu lugar de sepultamento, ou deveriam ser coletados de forma diferente, com participações indígenas. No museu, porque os *musealia* não têm o mesmo peso nas culturas de origem, as categorias de objetos deveriam ter a musealidade diferenciadora, para que a musealização pudesse saber o que fazer, quando fazer, como manipular, como armazenar, como respeitar. De qualquer forma, a musealidade como atribuição de valores se inicia na coleta, nas escavações arqueológicas. Nesse sentido, como afirma Dirce, “tudo liga”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre restituição e repatriamento de objetos indígenas continuam bastante controversas, com posições a favor e contra (COSTA, 2018). No que se refere a remanescentes humanos indígenas, as posições são ainda mais fortes, pois estamos falando de uma categoria sensível, mas também de dominação simbólica sobre o “outro” a partir do seu corpo.

Parte da herança dos povos indígenas para as gerações do presente está no museu, grande parte do legado para as futuras gerações pode estar no repatriamento e na restituição de remanescentes humanos.

Para Chipp Colwell (2019b), há um “acerto de contas histórico” a ser feito que envolve os museus que possuem remanescentes humanos indígenas, como o repatriamento e a restituição podem funcionar como “justiça restaurativa”. Na concepção Anne Gustavsson, a restituição seria uma “reparação histórica” (OLDANI *et al.*, 2011, p. 4).

Para Patricia Arenas em depoimento:

El problema que nos ocupa no son los cuerpos de los indígenas muertos sino los indígenas vivos, en tanto el reclamo, restitución, reconocimiento, se hace desde el presente hacia el pasado. Son los indios-vivos los que otorgan significados a los cuerpos apropiados de los indios-muertos. Y si los muertos son indígenas, los cuerpos adquieren un status particular, no sólo por la condena a la otredad de la antropología del canon, sino porque los indios pasaron a ser sujetos de derecho no hace mucho. ¿Qué valor cultural, social y político tiene un cuerpo/esqueleto de un sujeto (comunidad) que no es alcanzado por el derecho? (Oldani *et al.*, 2011, p. 5)

O que este artigo vem a destacar é que a museologia precisa de outras bases sociais. Não estamos sós, trabalhamos com coletivos. Nós, os profissionais, não estamos fora dos dilemas indígenas, fazemos parte dos processos de lutas e conquistas, mas com nossas contribuições específicas. Os indígenas não estão isolados, procuram aproximações e os museus podem ser exitosos para suas reivindicações. O diálogo deve fazer parte dos trabalhos com objetivos comuns, para tanto processos colaborativos são boas opções para outros entendimentos acerca de curadoria, uma perspectiva humanizada e, por isso, melhor para todos.

Mas, sobretudo, o artigo quer valorizar a participação indígena nos processos que envolvem a coleta e formação de coleções, para a composição dos *musealia*, as construções de musealidades, no plural porque nunca é uma, que se processam pela musealização. Há questões que vêm sendo postergadas no tempo que precisam ser enfrentadas e não podemos esquivar da participação indígena, como a problemática dos remanescentes humanos em museus.

As vozes indígenas trazidas como contribuição para a discussão foram mantidas ao máximo, como no artigo gerado a partir da transcrição de falas em um evento. São longas, aparentemente repetitivas, mas foram mantidas na essência da oralidade e das intenções das Kaingang e na lógica de pensamento delas, com o propósito de deixá-las à frente das suas próprias ideias e linguagem. O que elas dizem é claro, sem rodeios, mas talvez valesse a pena destacar que ora falam dos parentes lineares e do povo Kaingang, mas também falam dos “parentes” que compõem todos os povos indígenas, não fazendo distinção entre os trabalhos da espiritualidade que correspondem à pajé e sua assistente e o que denominam como luta pelos direitos indígenas, à musealização inclusive, como bem demonstraram.

Algumas questões colocadas pelas Kaingang não podem ser ignoradas, tais como participação indígena nas pesquisas arqueológicas, inclusive escavação, necessidade de consulta e, acrescentaria consentimento, conservação preventiva e manuseio de objetos sagrados, política de gestão de coleções e de comunicação museológica e acesso aos objetos e remanescentes humanos em museus - onde estão e seus usos museais.

Todas essas questões, independente de repatriar ou não, compõem a musealidade, pois não há uma única atribuição de valores, há muitas (para musealizar e desmusealizar) e essas tantas quanto forem possíveis devem fazer parte do sistema documental como exercício da política de gestão de acervos. Nas exposições, ainda mais cuidado é necessário, pois se esses *musealia* tiveram uma vida pregressa, a começar as vidas humanas, a morte física, um sepultamento como parte da sociabilidade que o cerca. No museu é como se o “objeto” renascesse,

no sentido de um outro estatuto, das coisas, da musealidade, da curadoria, dos sistemas documentais e de comunicação. Se não negamos certas colocações do campo museológico, não gostaríamos que esse mesmo campo negasse as perspectivas indígenas e seus direitos à dignidade.

REFERÊNCIAS

- Bolaños Atienza, María. La belleza de las crisis. *Museos.es*, España, n. 5-6, p. 18-27, 2009-2010.
- BRASIL. Lei 3.924/61 de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-históricos. *Diário Oficial da união*: Seção1, p. 6793, 27 jul. 1961.
- BUENO, Mariana Pimenta. Museu e colonialidade: a repatriação museológica como instrumento de luta. *Neiba - Cadernos Argentina-Brasil*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 01-20, 2019.
- Clifford, James. Museologia e contra-história: viagens pela costa noroeste dos Estados Unidos. *In*: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- COLWELL, Chip. Sacred objects, human remains and culture clash sparked a Colorado author's desire to tell a tragic story. *The Colorado Sun*, Denver, 04 jan. 2019a.
- COLWELL, Chip. 'As Native Americans, We Are in a Constant State of Mourning'. The return of ancestors and artifacts can become a form of restorative justice. *New York Times*, New York, 04 abr., 2019b. Opinion.
- COSTA, Karine Lima da. Pensar o patrimônio cultural por meio da repatriação e restituição de bens culturais. *Patrimônio e Memória*, Assis, v. 14, n. 2, p. 256-271, 2018.
- CURY, Marília Xavier. Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. *In*: CURY, M. X. (org.). *Direitos indígenas no museu – Novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão*. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016a.
- CURY, Marília Xavier. Relações (possíveis) museus e indígenas – em discussão uma circunstância museal. *In*: LIMA, M. Fo.; ABREU, R.; ATHIAS, R. (orgs.). *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: UFPE: ABA, 2016b.
- CURY, Marília Xavier. Lições Indígenas para a descolonização dos Museus – Processos comunicacionais em discussão. *Cadernos Cimeac*, Uberaba, v. 7, n. 1, p. 184-211, 2017.
- CURY, Marília Xavier. La museología y lo sagrado – La resacralización del museo. *In*: Mairesse, F. (ed.). *Museology and the sacred*. Materials for the discussion. Paris: Icofom, 2018.
- CURY, Marília Xavier. Museu e exposição – O exercício comunicacional da colaboração e da descolonização com indígenas. *In*: *Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019a.
- CURY, Marília Xavier. The sacred in museums, the Museology of the sacred: the spirituality of indigenous people. *ICOFOM Study Series*, Marseille, n. 47, p. 89-104, 2019b.
- CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 129-146, 2020.
- DECLARAÇÃO DE CARACAS. Venezuela: [s.n.], 1992.
- DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Canadá: [s.n.], 1984.
- DECLARAÇÃO DE SANTIAGO. Chile: [s.n.], 1972.
- Human remains in archaeological museums, *Ethics & Display*. Acropolis Museum. Athens, 2019.
- LIMA, Leilane Patrícia de. A comunicação em museus e a temática indígena em exposições: questões gerais e desafios atuais. *In*: CURY, M. X. (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuáre, MAE-USP, 2020.
- Maza, Maria del Camen; Weisinger, Graciela. Restitución del patrimonio cultural arqueológico indígena en América. *ICOFOM Study Series*, Marseille, n. 39, p. 175-186, 2010.
- MULLER, Bernard. Museus, pilhagem colonial e reparações. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, 01 jul. 2007.

NAGPRA - Native American Graves Protection and Repatriation Act, 1990.

OLDANI, Karina *et al.* Reflexiones de los autores sobre el dossier. *Corpus*, Mendoza, v.1, n. 1, p. 1-17, 2011.

Pereira, Dirce Jorge Lipu; MELO, Susilene Elias de. Ética – remanescentes humanos em museus. *In:* Cury, M. X. (org.). **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações.** São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020.

Pereira, Dirce Jorge Lipu; MELO, Susilene Elias de; Marcolino, Itauany Larissa de Melo. Museu Worikg – Kaingang, T.I. Vanuíre. *In:* Cury, M. X. (org.). **Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações.** São Paulo: SEC-SP, ACAM Portinari, Museu Índia Vanuíre, MAE-USP, 2020.

Turning the page: **Forging new partnerships between museums and First Peoples** - Task Force on Museums and First Peoples. Ottawa, Canada: Assembly of First Nations, Canadian Museum Association: 1992.

Verdesio, Gustavo. Entre las visiones patrimonialistas y los derechos humanos: Reflexiones sobre restitución y repatriación en Argentina y Uruguay. *Corpus*, Mendoza, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2011.

NOTAS

- 1 Conselho Internacional de Museus.
- 2 “A Declaração da Mesa de Santiago do Chile (31 de maio de 1972) é o resultado de um trabalho interdisciplinar sobre “O desenvolvimento e o papel dos museus no mundo contemporâneo”, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional de Museus (ICOM). É um documento fundamental na história dos museus da América Latina, que contém um conjunto de recomendações resultantes da reflexão sobre o papel e a importância social dos museus.” Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracion-de-la-mesa-de-santiago-de-chile-1972/>. Acesso: 12 set. 2020.
- 3 “Princípios de base de uma nova museologia. Nesse documento estão registrados os princípios que devem orientar as ações para uma nova museologia adotada pelos modelos alternativos de museus que surgiam em diferentes países: os ecomuseus, os museus comunitários, etc.” Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-quebec-1984/>. Acesso: 12 set. 2020.
- 4 “Documento resultado do Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, celebrado em Caracas, Venezuela, entre os dias 16 de janeiro e 06 de fevereiro de 1992.” Disponível em: <http://www.ibermuseos.org/pt/recursos/documentos/declaracao-de-caracas-1992-2/>. Acesso: 12 set. 2020.
- 5 Histórico disponível em: <https://www.museus.gov.br/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/>. Acesso: 27 jul. 2020.
- 6 A exemplo do Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos, Ibram, disponível em: <https://www.museus.gov.br/acoes-e-programas/cadastro-de-bens-musealizados-desaparecidos/>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- 7 Ver no site do Icom (Conselho Internacional de Museus): Lista Vermelha (Red List) disponível em: <https://icom.museum/es/nuestras-acciones/proteccion-del-patrimonio/listas-rojas/>. E Observatório Internacional do Tráfico Ilícito de Bens Culturais, disponível em: <https://icom.museum/es/nuestras-acciones/proteccion-del-patrimonio/observatorio-internacional-del-trafico-ilicito-de-bienes-culturales/>.
- 8 No Brasil, na academia usamos “remanescentes humanos”.
- 9 Folhas 34-35, itens no. 1110 e 1111.
- 10 Folhas 34-35, itens no. 1131 e 1132.
- 11 “Plundered Skulls and Stolen Spirits - Inside the fight to reclaim native America’s culture”.
- 12 O Massacre de Sand Creek de 1864 está entre os eventos mais terríveis que ocorreram na esteira da expansão oeste dos EUA. Enquanto muitos podem estar cientes das mortes do massacre, poucos sabem que remanescentes humanos - de crânios e escalpos - de Cheyenne e Arapaho foram levados e acabaram em museus. Meus pesadelos frequentes foram difíceis. Definitivamente, me fez perceber o quanto os descendentes das vítimas de Cheyenne e Arapaho continuam sofrendo.
- 13 [...] que fornece um processo para que descendentes lineares e povos recuperem remanescentes ancestrais e certos tipos de itens culturais de museus e agências federais americanas. Essa lei, apesar de imperfeita, facilitou o retorno de cerca de 1,7 milhão de bens funerários, 57.000 esqueletos e 15.000 objetos sagrados e de propriedade comunitária.
- 14 Virando a página: Forjando novas parcerias entre museus e Primeiros Povos - Força-Tarefa sobre Museus e Primeiros Povos. (1992). Ottawa, Canadá: Assembléia das Primeiras Nações, Canadian Museum Association.
- 15 Há também um conjunto de dispositivos normativos desenvolvidos em atendimento ao licenciamento ambiental. São portarias aplicadas aos “bens arqueológicos” de um modo geral. Ver: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/65/acervo-arqueologico>.

- 16 Para saber, a lista das instituições de guarda está disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1429>.
- 17 Quando essa lei [NAGPRA] se aproximou da passagem, ouvimos muitos dos mesmos argumentos que ouvimos agora, especialmente que o repatriamento colocará os museus fora do negócio. Em vez disso, nos anos seguintes, os museus nos Estados Unidos prosperaram. O repatriamento forçou administradores de museus e líderes indígenas a se sentar e conversar, e os dois lados perceberam o quanto eles tinham em comum. Como resultado, museus e povos trabalharam para construir novos relacionamentos baseados no respeito mútuo. Trinta anos atrás, poucos museus nos Estados Unidos produziram exposições em colaboração com comunidades indígenas; hoje, poucos projetariam uma exposição sem ela. O repatriamento não terminará com os museus.
- 18 Há um amplo reconhecimento de que os conceitos de propriedade variam, portanto, uma abordagem colaborativa caso a caso para resolver o repatriamento com base em critérios éticos e morais é favorecido em vez de uma abordagem estritamente legalista. A “Lei de Repatriamento e Proteção de Sepulturas dos Nativos Americanos”, aprovada recentemente nos Estados Unidos, foi estudada por membros da Força-Tarefa. Embora não exclua a possibilidade de criação de legislação no futuro, foi acordado que era preferível incentivar museus e povos aborígenes a trabalhar em colaboração para resolver questões relativas à gestão, assistência e custódia de objetos culturais. As diretrizes propostas para esse processo colaborativo seguem na seção de recomendações.
- 19 “[...] eles não são silenciosos, afinal...; Remanescentes humanos em museus arqueológicos, Ética e Exibição.”
- 20 31/10 a 1/11/2019, conferencistas, programação, resumos e outras informações disponíveis em: <https://humanremainsmuseums.gr/en/>.
- 21 Esta conferência de dois dias é a primeira reunião científica na Grécia, focada na ética, exibição e interpretação de restos mortais, um recurso cultural imbuído de conotações éticas e ideológicas significativas. As descobertas arqueológicas de tirar o fôlego das últimas décadas nas terras gregas nos deram uma razão suficientemente boa para organizar esta Conferência, que aspira a incentivar um diálogo prolífico sobre a exibição eticamente correta deste material único.
- 22 Sobre o povo Tongva, os “antepassados viviam nas quatro Ilhas do Canal do Sul e na bacia de Los Angeles por milhares de anos. Nos últimos anos, os Tongva e seus aliados, incluindo o Museu Fowler na U.C.L.A., têm trabalhado para rastrear o destino dos corpos saqueados dos Tongva para que possam ser enterrados. Este esforço levou o povo através do Atlântico e ao seu primeiro repatriamento internacional”, do Museu de Bristol, Grã-Bretanha, para onde foram levados dois crânios de indivíduos desse povo no início dos anos de 1920 (Colwell, 2019b).
- 23 “Como nativos americanos, estamos em constante estado de luto”, disse Desiree Martinez, membro de Tongva e arqueóloga profissional, em um artigo do The Bristol News, “sabendo que as sepulturas de nossos ancestrais foram perturbadas e seus restos mortais e bens funerários removido para sentar nas prateleiras dos museus, em todo o mundo.”
- 24 Sobre esses encontros, ver: <https://www.museuindiavanuire.org.br/epqim/>.
- 25 I Semana da Mulher Indígena no MAE-USP, palestra de 9 de março de 2020: O sagrado no museu, disponível em: <https://youtu.be/3wIkdHZPmmg>.
- 26 Sobre essa iniciativa, ver Museu Worikg – Kaingang, T.I. Vanuíre, de PEREIRA, D. J. L.; MELO, S. E.; MARCOLINO, I. L. M. Museu Worikg – Kaingang, T.I. Vanuíre, 2020.
- 27 Frase mencionada no Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus em 2017, não gravada, anotada pela autora.
- 28 Fala em aula da disciplina da Pós-graduação em Arqueologia (MAE-USP) ARQ5110 Comunicação museológica – Princípios e aplicações em exposição e educação patrimonial, março de 2019.
- 29 Leilane Patrícia de Lima desenvolveu pesquisa de pós-doc em museus no centro oeste paulista e norte do Paraná, averiguando as questões comunicacionais dos patrimônios indígenas. Ver LIMA, L. P., 2020.
- 30 Paraná e Candire são duas Kaingang antigas, já falecidas. Há têxteis da Paraná no acervo do Museu Índia Vanuíre e cerâmicas da Candire nesse museu e no MAE-USP.